

V. Soromenho-Marques, “Raízes do Ambientalismo em Portugal”, *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005, pp. 127-144.

RAÍZES DO AMBIENTALISMO EM PORTUGAL¹

O associativismo ambiental tem sido uma das notas mais salientes no processo de reconfiguração das práticas políticas democráticas que temos vindo a testemunhar, generalizadamente, ao longo das últimas quatro décadas.

Mas, quando falamos da intervenção organizada dos cidadãos na área do ambiente não se trata de um associativismo qualquer. Estamos a falar de uma intervenção que por vezes afronta o Estado, mas não no sentido de a ele se substituir. Pelo contrário, o aparecimento de novos actores sociais visa compensar deficiências e vazios das políticas públicas, partilhando com o Estado responsabilidades, em face desajustamento deste último perante as novas tarefas e desafios colectivos.

O associativismo, como o bem demonstraram as mais recentes obras de Ernest Gellner e Francis Fukuyama, faz parte da vitalidade e do 'capital social' de uma sociedade civil que é capaz de desempenhar a multiplicidade de tarefas e iniciativas que lhe cabem na modernização de um país. Sem o associativismo não há confiança, nem coesão social, nem mudança de valores, nem eficácia operatória dos mesmos.

§ 1. Características específicas da sociedade portuguesa

Para compreendemos a formações tanto do movimento associativo ambientalista como das estruturas e mecanismos institucionais em que se fundamentam as modernas políticas públicas de ambiente temos de possuir uma visão larga e compreensiva das condições específicas de cada país. No caso português, podemos identificar a persistência de um conjunto de tendências dominantes na sociedade portuguesa que

¹ Este ensaio retoma e reescreve o seguinte trabalho: “Ambientalismo e política em Portugal. Valores e facetas de um arco-íris débil”, *Natureza e Ambiente. Representações na Cultura Portuguesa*, coordenação de Cristina Beckert, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2001, pp. 115-128.

condicionaram o surgimento e o desenvolvimento do associativismo e da política ambientais ao longo das últimas três décadas.

1.1. **A ruralidade dominante.** Portugal manteve-se predominantemente rural até bem dentro do século XX. Ainda era possível no final do século XX, mais de uma década após o início da integração europeia, e depois dos efeitos radicais dessa entrada para a redução dos efectivos da população trabalhando no sector primário, assinalar 11% da população activa na agricultura. Se recordarmos que em 1901, na Grã-Bretanha da rainha Vitoria, existia apenas 9% da força de trabalho britânica no sector primário, ficamos com uma noção, por contraste, da especificidade da sociedade portuguesa neste domínio.

Aliás, essa ruralidade, não obsteu a que se registassem, ao longo do século XX, graves problemas ambientais resultantes da mobilização de largas áreas do espaço rural por políticas de conjunto apoiadas e/ou lideradas pelo Estado. Tais foram os casos das 'campanhas do trigo', cuja expressão sistemática ocorreu na década de 30, bem como das campanhas 'florestais' centradas nas monoculturas do pinheiro bravo e do eucalipto, nas décadas seguintes.

1.2. **Falta de espírito competitivo.** Os empresários, sobretudo no sector industrial, não ofereceram resistência significativa ao regime económico fortemente proteccionista, avesso a qualquer forma de dinamismo e concorrência, posto em prática pelo Estado autoritário, vigente entre 1926 e 1974. À sombra de políticas intervencionistas, como a do «condicionamento industrial», e sob o amparo dos mercados obedientes do império colonial, criou-se e perpetuou-se uma economia estagnada e obsoleta, sem capacidade para enfrentar uma concorrência externa agressiva. Apesar das grandes mudanças operadas desde 1974, e sobretudo desde 1986, a verdade é que muitos sectores empresariais sentem ainda grandes dificuldades em compreender a protecção ambiental como uma exigência da própria modernização do tecido económico.

1.3. **Escassa literacia e débil organização da sociedade civil.** O elevadíssimo grau de analfabetismo e a repressão política, que se mantiveram sem pausa até 1974, tornaram a sociedade portuguesa altamente atomizada e renitente à mobilização e participação na coisa pública. Apesar dos inegáveis progressos na dinamização da sociedade civil, aportados pelo processo de democratização, essa dificuldade

ainda se faz sentir actualmente no baixo nível de associativismo ambiental. O que não impede, contudo, que a actuação das ONGA (organizações não governamentais de ambiente) portuguesas não revele um notável índice de eficácia.

1.4. **Um Estado burocrático e anquilosado.** O Estado em Portugal, no período contemporâneo, raras vezes foi capaz de cumprir as suas tarefas. O seu poder foi essencialmente urbano e policial, a sua projecção sobre a sociedade explorou mecanismos arcaicos, como a exploração política de sentimentos religiosos, e o fomento de mecanismos corporativos (que constituem uma reacção anti-moderna aos mecanismos jurídicos, abstractos e universais das sociedades modernas de *Welfare state*). A burocracia do Estado nunca atingiu níveis de excelência, como na França, Alemanha, ou países escandinavos. O dramático grau de degradação das infra-estruturas públicas em 1974, desde as estradas às escolas, aí está para o comprovar.

Em síntese: uma sociedade que no seu conjunto apresentava um baixo índice de racionalização, na acepção weberiana (o que vai desde a baixa produtividade no trabalho industrial até à indolência burocrática e administrativa), não constituía um campo propício para o desenvolvimento nem de um associativismo vibrante nem de uma política de ambiente pujante que fossem capazes de estar à altura do novo objectivo integrador das políticas públicas, a que hoje chamamos desenvolvimento sustentável.²

§ 2. As lutas e os valores do associativismo ambiental depois do 25 de Abril de 1974

A expansão do movimento associativo ambientalista exhibe uma relação complexa com a construção de um regime de democracia representativa após o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974.

Se, por um lado, as alterações constitucionais e institucionais proporcionadas pelo 25 de Abril de 1974 criaram as condições de possibilidade para a constituição de organizações ambientalistas em clima de plena liberdade de associação e de expressão, por outro lado,

² Viriato Soromenho-Marques, *O Futuro Frágil*, pp. 120-122.

a urgência de lançar as fundações basilares de uma sociedade democrática funcionou como um factor de despromoção das causas ambientais no processo social de selecção de prioridades.

A primeira década de democracia é assinalada, no plano do movimento ambientalista, por três questões fundamentais, a saber: a) a luta contra a opção nuclear; b) a tentativa de estabelecer uma aliança entre a herança rural e as correntes de contestação «pós-industrial» que chegavam a Portugal provenientes da Europa e dos EUA; c) um estilo de intervenção fortemente fragmentado, polivalente e individualista.

2.1 Crítica do nuclear e dos valores da tecnociência: Em Novembro de 1974, o Eng.º Torres Campos, membro do governo provisório, colocava a opção nuclear como um dos objectivos estratégicos nacionais em matéria de luta pela autonomia energética nacional. Essa declaração iniciava um processo de combate cívico, que se desenrolaria ao longo de uma dezena de anos, atingindo grandes picos de atenção e mobilização públicas, como foi o caso do grande protesto em Ferrel (1978).

A luta contra o nuclear foi o factor catalisador para o aparecimento de uma variegada literatura onde se procuravam -- para além dos argumentos técnicos clássicos sobre a insegurança das centrais nucleares -- lançar os fundamentos conceptuais, não apenas para a recusada opção nuclear, mas também para a sua compreensão como metonímia de um modelo de sociedade considerada nefasta e percorrida por uma lógica interna de auto-destruição.

A empresa não era pequena. Esse facto suscitou um vasto leque de atitudes, que foram desde a crítica assumidamente marginal, até àquela que de dentro da inteligência interna do «sistema» procurava vislumbrar vias para a sua superação endógena.

Afonso Cautela foi uma das figuras mais salientes do associativismo ambiental no período da luta contra o nuclear. Jornalista e orador de discurso firme e convincente, Cautela representava uma contestação que voluntariamente se colocava na margem do *establishment*. Ouçamo-lo, na condição de Director do órgão do Movimento Ecológico Português, a propósito da candente questão das alternativas energéticas ao nuclear:

"Não compete ao militante ecológico arranjar soluções para o sistema que ele *a priori* e radicalmente rejeita. Ou apontar soluções para as crises que o sistema capitalista engendrou (...) Não compete ao militante ecológico encontrar respostas para as interrogações que os técnicos ao serviço da Economia do Desperdício formulam (...) Se foram eles que se meteram num beco sem saída, quem tem culpa disso? No caso da energia, no caso da energia eléctrica, se problemas há, os técnicos que os resolvam."³

A mobilização contra a opção nuclear não se limitou a líderes assumidamente irreverentes como Afonso Cautela, que por se colocarem na margem seriam, também, facilmente marginalizados por uma eventual campanha persuasiva nos órgãos de comunicação social promovida pelo governo e pelos sectores económicos favoráveis ao nuclear. Um dos elementos que mais peso teve no crescimento e na eficácia dessa luta foi a entrada em cena de figuras importantes da comunidade académica e científica, rompendo com uma anterior e aparente unanimidade.

Nesta frente académica a figura mais destacada é a do professor Delgado Domingos. Um dos mais jovens catedráticos da Universidade portuguesa, com uma vasta experiência internacional, sobretudo norte-americana, Delgado Domingos efectuou a mais pioneira e séria reflexão sobre o que se encontrava em jogo na questão do nuclear. O engenheiro ultrapassou o simples horizonte da razão instrumental para se alcandorar à perspectiva do filósofo da civilização.

Num registo de urgente advertência escrevia o professor nos últimos anos da década de 70:

"(...) nenhuma civilização da História atingiu 5 000 anos, mas os resíduos do funcionamento de uma Central Nuclear precisam ser mantidos fora da biosfera por mais de 100 000 anos! (...) A opção é, de facto, entre a Vida e a morte, entre a sobrevivência e a destruição da Humanidade (...) Portugal encontra-se numa situação única para construir uma sociedade diferente. Nem hiper-industrializado nem subdesenvolvido, Portugal tem a sua última oportunidade de sobrevivência se decidir o seu próprio caminho (...) Contra o nuclear se conjugam também todos os argumentos que assentam no nosso

³ Afonso Cautela, *Frente Ecológica*, n.º 5, Janeiro 1976, p. 6.

passado histórico (...) que nos tornam um Povo autónomo e com personalidade própria."⁴

As questões suscitadas pelo nuclear colocavam em causa os valores fundamentais da tecnociência. Embora de modo não muito elaborado, o movimento ambientalista gerou algumas reflexões interessantes de contestação do optimismo tecnológico, de recusa da crença no *technological fix*, alertando para o facto de nenhuma inovação tecnológica dispensar a necessidade de escolhas políticas e sociais.

Nesse sentido, o arquitecto Fernando Pessoa, personalidade que desempenhou um papel relevante nas primeiras estruturas da administração pública ambiental ao nível do executivo, alertava no seu *Manifesto Alternativo*, publicado em 5 de Maio de 1981, para o primado de uma política visando a justiça, contra a superstição dos que crêem que a abundância promovida pela tecnologia esgotaria, por inanição resignada, os temas de política social.

Em síntese, escreve o arquitecto Fernando Pessoa:

"(...) o futuro da Humanidade não passa por novas descobertas científicas mas sim pela utilização do já conhecido ao serviço de todos os homens. Uma sociedade viva gera a ciência e a tecnologia que a serve. Uma sociedade alienada resigna-se àquilo em que a tecnologia a transforma."⁵

2.2. A modernidade de uma tradição crítica: Outra figura proeminente do movimento ambientalista é a do arquitecto e professor Gonçalo Ribeiro Telles. O seu percurso na causa ambiental tem raízes muito anteriores ao período inaugurado pela revolução democrática. Em Novembro de 1967, ainda era Salazar o Presidente do Conselho de Ministros, Ribeiro Telles ganhou notoriedade pública pela sua denúncia do desordenamento urbano, responsável pelas terríveis cheias de Lisboa, causadoras de mais de quinhentas vítimas mortais. Depois do 25 de Abril de 1974 torna-se num dos principais obreiros do edifício jurídico, administrativo e político do Estado democrático no domínio do ambiente e do ordenamento do território, chegando a ser Ministro da

⁴ J.J. Delgado Domingos, *Inteligência ou Subserviência Nacional?*, vol. II, pp. 228-9.

⁵ Fernando Pessoa, *Ecologia e Território. Regionalização, Desenvolvimento, Ordenamento do Território numa Perspectiva Ecológica*, Porto, Afrontamento, 1985, p.82.

Qualidade de Vida durante a governação da coligação AD, na transição dos anos 70 para os anos 80, de que foi um dos mentores e líderes.

A grande tese de Ribeiro Telles consistia em considerar que o «atraso» económico de Portugal, a sua ruralidade, a ausência de mecanização generalizada, poderiam constituir um factor muito positivo no saltar da etapa de degradação ambiental representada pela intensificação da industrialização e da urbanização, típicas do modelo de crescimento das sociedades ocidentais.

A sua posição política, marcada por um compromisso estrutural com a monarquia, assumido desde a juventude, apontava para uma espécie de «terceira via», face às duas grandes escolas de pensamento e acção em confronto na guerra-fria. Esse caminho foi designado por Ribeiro Telles como «ecodesenvolvimento».

Vejamos melhor:

"O exacerbamento do capitalismo desde a sua forma mais radical de liberalismo económico até à do Socialismo estatal e colectivista tem portanto contribuído para a crise da pessoa humana e para a degradação das comunidades naturais. O novo modelo de desenvolvimento a que chamamos 'ecodesenvolvimento' tem por objectivo a dignificação do Homem, a Justiça, a defesa da Vida, a humanização criativa do território e o melhor aproveitamento, em cada momento, de todos os recursos garantindo-se a permanência da capacidade de regeneração dos que são renováveis (...) Só a instituição Real, legitimada por oitocentos anos de história e de serviço do Povo, poderá consolidar a unidade e liberdade dos portugueses..."⁶

Ao longo de toda a sua acção cívica, que continua vigorosa no dealbar do século XXI, Ribeiro Telles tem sido um adepto das intervenções de pequena escala, transparentes e publicamente controláveis, erguendo a sua voz contra a tendência crónica para projectos megalómanos, socialmente ineficientes e ambientalmente negativos como é o caso da Ponte Vasco da Gama ou do complexo hídrico do Alqueva.

⁶ Gonçalo Ribeiro Telles, *Para Além da Revolução*, Lisboa, Salamandra, 1985, pp. 8-10.

2.3. Um estilo fragmentar e polivalente: Se comparamos o escasso grau de influência do movimento ambientalista no período de 1974 a 1985, com aquele que viria a desfrutar a partir de 1990, facilmente compreenderemos as razões que me levam a afirmar que essa dificuldade em ganhar influência se prende com a conjugação de dois factores.

Por um lado, evidentemente, a vivência por parte da sociedade portuguesa de um estágio de amadurecimento ainda muito precário no que concerne à temática ambiental, numa época em que as tarefas da refundação da democracia e do combate à pobreza tinham toda a prioridade. Por outro lado, contudo, um estilo de intervenção do movimento ambientalista fortemente individualista, fragmentar e desconexo, que dificilmente sabia capitalizar os grandes investimentos de energia e generosidade cívicas envolvidos nas grandes lutas desses anos aurorais, como foi o caso já aludido da luta contra a opção nuclear.

A figura que, em minha opinião, melhor condensa esse voluntarismo tenaz, generoso e persistente, mas ao mesmo tempo roçando o perigo do quixotismo, é a de José Carlos Costa Marques, um publicista de formação filosófica, com o percurso mais irrequieto e nomádico do associativismo português. Numa vintena de anos, Costa Marques deixou atrás de si uma obra literária e editorial sem par, mas, ao mesmo tempo, uma série de empreendimentos organizacionais que rapidamente se desmoronaram (ver quadro nº1).

Tabela n.º1 : Carlos Costa Marques: Perfil de um ecologista
• 1969-1971: Consciência ecológica amadurecida no exílio.
• 1973: Artigos n' <i>Opinião</i> , Rio de Janeiro.
• 1974: Coleção 'Viver é Preciso' (Afrontamento)
• 1974-76: Moratória do MEP contra a opção nuclear.
• 1975: Grupo Autónomo de Intervenção Ecológica do Porto e rev. <i>Alternativa</i> .
• 1978: Festival da Vida Contra o Nuclear: Ferrel. Fundação da <i>Urtiga</i> .
• 1981 e depois: Fundação de publicações de baixa circulação.: <i>Menina Terra</i> ; <i>Sol Sorridente</i> ; <i>Avisos e Saudações</i> .
• Colaborador de <i>A Gazeta das Caldas</i> e <i>Terra Mágica</i> .
• 1990: Candidatura malograda à Presidência da República.

§ 3. Em busca de um novo rumo.

Em Março de 1983 o partido ecologista alemão, *Die Grünen*, consegue franquear a difícil barreira dos 5% do direito eleitoral germânico. Pela primeira vez na história, um partido reclamando-se de um ideário centrado na temática ambiental conseguia constituir um grupo parlamentar num dos países mais desenvolvidos do mundo.

Portugal não permaneceu indiferente ao significado desse evento. Para além do fenómeno de puro oportunismo político associado à criação de um partido satélite, Os Verdes, sem qualquer expressão na sociedade ou no movimento ambientalista, dentro deste último multiplicaram-se os sintomas de que era preciso encontrar novas modalidades de organização que permitissem ampliar as sinergias e aumentar a eficácia da intervenção.

Tabela n.º 2: Organizações Não-Governamentais Presentes no I Encontro Nacional de Ecologistas (Foz do Arelho-Novembro 1984/Tróia-Março 1985)

• 1-ADEIPA (Associação para a Defesa e Estudo do Património Cultural e Natural dos Concelhos de Faro, Olhão e São Brás de Alportel).
• 2-A Batalha - Centro de Estudos Libertários.
• 3-A Ideia.
• 4-ALOOC -- Associação Livre de Objectores e Objectoras de Consciência.
• 5-Amigos da Terra.
• 6-Antítese-Centro de Cultura Libertária.
• 7-Amigos de Milfontes.
• 8-Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela.
• 9-CEDI-Cooperativa de Informação e Animação Cultural.
• 10-Centro Ecológico.
• 11-Clube de Montanhismo de Setúbal.
• 12-FLFP-Frente de Libertação e Federação dos Povos.
• 13-GEICE-Grupo de Estudos e Investigação das Ciências Experimentais.
• 14-GEOTA-Grupo de Investigação e Ordenamento do Território e Ambiente.
• 15-GIDC-Grupo de Investigação e Divulgação Científica.

• 16-GINEC-Grupo de Intervenção Ecológica das Caldas da Rainha.
• 17-GEREP-Grupo de Estudos Regionais Ecologia e Património.
• 18-Núcleo Ecologista da Escola Preparatória da Trafaria.
• 19-Projecto Setúbal Verde.
• 20-Personalidades independentes dissidentes do Partido 'Os Verdes' e ex-PRP (Partido Revolucionário do Proletariado).

Essa vontade levou à constituição em 1983 de um mandato atribuído a duas associações -- o Projecto Setúbal Verde e os Amigos da Terra -- para se tornarem no eixo organizador de uma primeira reunião magna das associações ambientalistas nacionais. Esse mandato cumpriu-se com a realização do I Encontro Nacional de Ecologistas Portugueses, que decorreu em duas fases, a primeira na Foz do Arelho, em Novembro de 1984, e a segunda em Março de 1985, no complexo turístico de Tróia (ver Quadro nº2).

Desse evento, caracterizado por um pluralismo extremo, não houve resultados práticos. Todavia, jamais o debate entre tendências, correntes e personalidades do associativismo ambiental se tinha revestido de um grau de profundidade e maturidade tão elevados. As duas reuniões foram precedidas por uma série de encontros regionais preparatórios e por uma ampla circulação de teses e textos de reflexão. Nenhuma das duas opções mais representativas em presença viu os seus pontos de vista contemplados. Os defensores da criação de um partido ecologista estavam claramente em minoria, mas até mesmo a proposta moderada do Projecto Setúbal Verde, visando a constituição de uma Federação de associações com um papel de coordenação informativa, acabou por soçobrar contra a resistência dos irreduzíveis defensores da fragmentação e do individualismo associativos.

No final dos trabalhos de Tróia, o sentimento dominante não era, contudo, de frustração. Para muitos dos seus mais activos intervenientes aquela tinha sido uma etapa fundamental para prosseguir em busca de um novo rumo, por muito imprecisos que fossem os seus contornos antecipáveis.

Tróia marcou também uma etapa no processo de uma maior internacionalização do ambientalismo português. Nele estiveram representantes de associações e organizações políticas da Espanha, Itália e Alemanha. Um dos mais atentos observadores desse evento foi

o eurodeputado alemão, Frieder Otto Wolf, dirigente do partido *Die Grünen*, que sobre a situação dos ambientalistas em Portugal, após o Encontro de Tróia, lavrou o seguinte diagnóstico:

"Sem um centro político de gravitação próprio, os embriões de um movimento ecológico e alternativo continuam separados em -- *grosso modo* -- tendências, mais ou menos divididas internamente."

E, ainda de acordo com o relatório de Frieder Otto Wolf, as principais tendências do ambientalismo português seriam essencialmente as seis que se elencam no Quadro nº 3.

Tabela n.º 3: Um olhar alemão sobre o ambientalismo português em 1985 ⁷
• As iniciativas municipais de defesa do património e 'Verdes', ligadas ao PCP.
• As iniciativas de <i>lobby</i> centradas em Lisboa (ex: 'Amigos da Terra').
• As iniciativas de inserção local com dinâmica federativa (ex: 'Setúbal Verde', 'Terra Mágica').
• Grupos anarquistas e libertários, 'anti-sistema'.
• Monárquicos comunialistas.
• Um pequeno grupo favorável à criação de um partido ecologista independente.

Nem Frieder Otto Wolf, nem qualquer outro observador estariam, no entanto, em condições de antecipar a evolução que nesse mesmo ano de 1985 começaria a ocorrer no associativismo ambiental português.

Tabela n.º 4: o tardio ecossocialismo português ⁸
• Integrar a crítica marxista do capitalismo com a crítica das zonas impensadas por Marx: demografia e degradação ambiental.
• Emancipação e Solidariedade contra a hegemonia da 'selecção natural'.
• Libertação da mulher como eixo de uma nova relação com o corpo, o trabalho e o poder.
• Multiculturalismo contra dicotomia Norte-Sul.

⁷ Fonte: Frieder Otto Wolf, *Relatório Sobre a Situação Portuguesa*, Estrasburgo, 11.09.1985.

⁸ Fonte: *Ecosocialismo: Uma Alternativa Verde para a Europa*, Lisboa, Divergência, 1990. Autores: F.O. Wolf; C. Antunes; Pierre Juquin; Penny Kemp; Isabelle Stengers; Wilfried Telkamper.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Estratégias federalistas e participativas de metamorfose do Estado-Nação. |
| <ul style="list-style-type: none">• Os 4 Rs: Resistir; Reflectir, Reorientar; Reagrupar. |

Por um lado, de uma das correntes minoritárias de Tróia sairia o esforço para a construção tardia de um movimento ecosocialista, que cedo se revelaria sem raízes suficientes para se afirmar no panorama nacional (ver Quadro nº 4). Por outro lado, a 31 de Outubro de 1985 ganharia estatuto legal na cidade do Porto a organização Quercus, que em poucos anos se tornaria na mais expressiva e influente associação ambientalista portuguesa. Partindo de um núcleo de militantes nortenhos, e com um programa de intervenção essencialmente dirigido para acções de conservação da natureza, a Quercus no decurso de um lustro tornar-se-ia numa autêntica federação de organizações, com núcleos disseminados pelo país, incluindo regiões autónomas, e com um vasto e compreensivo programa de acção, onde as questões políticas, sociais e culturais da sustentabilidade ambiental ocupariam um espaço destacado.

§ 4. Ambientalismo e sociedade: notas para um balanço.

Se confrontarmos, apenas a título de exemplo, a situação portuguesa com a alemã no que concerne ao desenvolvimento de uma corrente de opinião ambientalista facilmente detectamos as diferenças.

Na verdade, o que está em causa não é apenas, o que já seria importante, a diversidade de duas sociedades quanto ao seu perfil económico e ao estado do seu ambiente, mas sobretudo a muito diferente paisagem social e cultural. As vitórias do partido ecologista alemão explicam-se pelo facto de a sua luta assentar num vasta e intensa rede de mobilização cívica totalmente enraizada na sociedade civil. Os *Grünen* germânicos são somente a ponta mais visível de um poderoso e variegado 'iceberg' de associações, movimentos, coligações de cidadãos que contribuíram para implantar solidamente as questões do ambiente na cultura e na política quotidianas da vida social alemã. A sua força de penetração está muito longe de se confinar ao partido ecologista, ela atinge e reflecte-se no próprio programa dos partidos convencionais e na actuação dos municípios e governos dos *Länder*. Para além disso, os grandes temas ambientais implantaram-se também

no discurso e na prática económicas, tendo-se tornado num dos critérios para aferir a modernização e o reforço da competitividade do tecido económico como um todo (ver Quadro nº 5).

Tabela n.º 5: Valores e percurso dos <i>Die Grünen</i>⁹
1-Raiz nas <i>Bürgerinitiativen</i> (BI) da sociedade civil (anos 60 e 70).
2-No final dos anos 70: 50 000 BI com 2 milhões de membros.
3-Desagregação da extrema-esquerda e 'desaparecimento' do PC. Peculiaridades do sistema eleitoral alemão e do financiamento dos partidos: as barreiras dos 5% e do 1% (para financiamento público).
4-O carácter central da questão do nuclear e o quase monopólio do pacifismo após 1982: a crise dos 'euromísseis'.
5- 1998:ONG ambientais: 4 milhões membros; <i>Die Grünen</i> : 40 000 militantes; 10 000 eleitos locais; >100 deputados Länder; > 40 deputados <i>Bundestag</i> ; 20% eleitores potenciais...
6-Uma constelação de temas 'emancipatórios':
• feminismo;
• ajuda aos povos e países em vias de desenvolvimento;
• pacifismo;
• democracia aprofundada;
• pan-federalismo;
• novo papel do cidadão (alteração dos modos de vida quotidianos: ex: 'Ponto Verde', 1991);
• economia ecológica (desemprego, fiscalidade, etc.);
7-Uma nova cultura de partido:
Não-acumulação de cargos; paridade homem-mulher; descentralização organizativa; executivo colegial; rotação dos eleitos a meio-mandato, etc.

Em Portugal, o nível de participação e envolvimento cívicos na causa ambiental é incomparavelmente menor. Em meados da década de 90 apenas 2 em cada 1000 portugueses tinha filiação nalguma associação ambientalista. Contudo, e apesar disso, a capacidade de influência desse movimento tinha crescido exponencialmente comparativamente à situação nos anos 60 e 70. O nível de formação científica e social dos seus quadros, a capacidade de trabalho sobre

⁹ Fonte: Agnès Roche, "Die Grünen: du mouvement social au parti politique", *Pensée*, Janvier-Mars 1996, nº 305, pp.61-69.

temas actuais de grande complexidade, a credibilidade junto do público ganha ao longo de campanhas e lutas concretas, permitiram que algumas das ONG, resultantes do processo de 'selecção' do final da década de 80, se transformassem num factor de determinação da agenda ambiental portuguesa (ver Quadro nº 6).

Tabela n.º 6: breve sinopse sobre a evolução do ambientalismo em Portugal

1-O movimento social de cariz ambiental reflecte os contornos da própria modernidade portuguesa. Interrogação da identidade e destino nacionais. O eclipse inicial gerado pelo primado das reivindicações democráticas depois de 1974.
2-Uma diversidade pouco sustentada no apoio da sociedade civil. Défice de associativismo.
3-Uma grande 'taxa de mortalidade' das associações após 1985, depois de uma fase de crescimento não sustentado.
4-Até 1985: primado das forças centrífugas, tendência para a ocupação de lugares marginais relativamente aos discursos e práticas dominantes..
5-Um grande 'stress selectivo' após 1985: Redução e complexificação das ONG. O advento da Quercus-ANCN como organização com forte potencial federativo à escala nacional.
6-Lenta e gradual influência sobre o discurso da sociedade civil e dos actores políticos.
7-Base de recrutamento urbana e com literacia elevada.

ONG como a Quercus, a Liga para a Protecção da Natureza e o GEOTA foram capazes, apesar da extrema fragilidade da sua base social de suporte, de se afirmar através do desencadear de um conjunto de intervenções, onde o protesto é sempre acompanhado pela busca de propostas visando alternativas concretas.

Salientaria as seguintes características que têm ajudado a definir um perfil de intervenção ambientalista inovador, embora não isento de deficiências e falhas:

- a) A importância da capacidade de *iniciativa*.
- b) A optimização do recurso a todos os instrumentos legais no *tempo oportuno*.
- c) A capacidade de *combinação*, com imaginação e criatividade, de todos os instrumentos de intervenção disponíveis.

d) Conhecimento exaustivo do *enquadramento jurídico* dos temas em apreço.

e) Prioridade conferida à construção de redes seguras e transparentes de contacto com a *comunicação social*, condição essencial para que as ONG se possam tornar em representantes indirectos do interesse público.

f) A importância da *preparação técnico-científica* de todas as campanhas e da sua posterior monitorização como elemento essencial da *credibilização* da intervenção das ONG.

g) A afirmação da *autonomia* das ONG perante os diversos interesses em conflito. Essa autonomia é condição essencial para permitir às ONG o estatuto de mediadores em casos de atrito, procurando encaminhar processos específicos para soluções de consenso construído.

h) Por último, e este é o aspecto mais insuficiente, seria importante aproveitar algumas vitórias para arriscar *ganhos institucionais* mais duradouros (criar rotinas democráticas, como a criação, por exemplo, de conselhos do PDM, a nível municipal, etc.). Este continua a ser um ponto fraco das ONG portuguesas.

Em síntese, num mundo em transição, numa época onde a reinvenção da política é uma necessidade crescente, embora de contornos ainda muito incertos, o movimento ambientalista português, com todas as suas fragilidades e limitações, tem contribuído para que o país, também neste domínio vital, não fique na margem de debates e opções civilizacionais inadiáveis.